Direito Notarial e Registral

1. Lucas é titular de um cartório de notas situado no interior do Espírito Santo. Recentemente, precisou se afastar por 40 dias devido a um tratamento de saúde. Além disso, designou um escrevente substituto, que preenche todos os requisitos legais, mas não comunicou a designação ao Juiz competente. No cartório, Lucas adotou o nome fantasia "Cartório União", em vez da denominação oficial, e, para modernizar os serviços, implantou um novo sistema eletrônico sem comunicar à Corregedoria Geral de Justiça. Diante dos fatos apresentados, **assinale a afirmativa correta** à luz do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Espírito Santo – Foro Extrajudicial.

- A) O uso de nome fantasia é admitido desde que acompanhado da denominação oficial do cartório.
- B) A mudança de sistema eletrônico prescinde de comunicação à Corregedoria, salvo em caso de falha no sistema anterior.
- C) A designação de escrevente substituto somente requer comunicação à Corregedoria se o afastamento do titular for superior a 60 dias.
- D) O afastamento por mais de 30 dias exige comunicação à Corregedoria, com justificativa e documentação, sendo vedado o uso de nome fantasia.
- E) A designação de escrevente substituto, mesmo que preencha os requisitos, dispensa homologação judicial para ser válida.

Gabarito: Letra D

Letra A – Incorreta:

É vedada a adoção de nome fantasia. O uso do nome oficial do cartório é obrigatório em todos os meios de identificação. (Art. 10, §1º – Código de Normas/ES)

Letra B – Incorreta:

A implantação ou mudança de sistema eletrônico exige comunicação obrigatória à Corregedoria Geral de Justiça, com indicação dos programas utilizados. (Art. 11, parágrafo único – Código de Normas/ES)

Letra C – Incorreta:

A designação de escrevente substituto deve ser comunicada e homologada, independentemente do período de afastamento do titular. (Art. 7º, §1º e §2º – Código de Normas/ES)

Letra D – Correta:

O afastamento por prazo superior a 30 dias exige comunicação à Corregedoria, com justificativa e documentação pertinente, e é vedada a adoção de nome fantasia. (Art. 6º, parágrafo único e Art. 10, §1º – Código de Normas/ES)

Letra E – Incorreta:

A homologação judicial da designação do substituto é obrigatória para sua validade. (Art. 7º, §2º – Código de Normas/ES)

2. Um advogado ajuizou uma reclamação disciplinar contra um delegatário, sustentando que a serventia vinha descumprindo regras sobre expedição de certidões. Segundo o advogado, não estavam sendo mencionadas averbações nas certidões solicitadas, o conteúdo era impresso com entrelinhas e sem ressalvas, e não havia entrega de protocolo quando a certidão não era emitida de imediato. À luz do Código de Normas da Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Espírito Santo, analise as afirmativas a seguir:

- I. As certidões devem sempre mencionar, obrigatoriamente, eventuais alterações posteriores ao ato, ainda que não impliquem modificação jurídica do registro.
- II. É permitido o fornecimento de certidões com rasuras ou emendas, desde que ressalvadas expressamente no próprio texto.
- III. Quando a certidão não for emitida no momento do pedido, é obrigatório o fornecimento de protocolo com data do requerimento e previsão de entrega.
- IV. As certidões devem sempre ser assinadas pelo delegatário ou por preposto autorizado e identificado.
- V. O interessado pode solicitar certidão de registro sem necessidade de justificar o motivo ao oficial.

Assinale a alternativa correta:

- A) Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.
- B) Apenas as assertivas I, III, IV e V estão corretas.
- C) Apenas as assertivas I, II, III e V estão corretas.
- D) Apenas as assertivas I, II e V estão corretas.
- E) Todas as assertivas estão corretas.

Gabarito: Letra B

Assertiva I – Correta:

A menção obrigatória a alterações posteriores deve ser feita, inclusive se não alterarem a situação jurídica. (Art. 44, caput e §2º – Código de Normas/ES)

Assertiva II – Incorreta:

É vedado o fornecimento de certidão com rasura, emenda ou entrelinha não ressalvada expressamente. (Art. 45 – Código de Normas/ES)

Assertiva III – Correta:

Deve ser fornecido protocolo com data do requerimento e previsão de entrega. (Art. 41 – Código de Normas/ES)

Assertiva IV – Correta:

A assinatura deve ser feita pelo delegatário ou preposto autorizado, com identificação. (Art. 37 – Código de Normas/ES)

Assertiva V – Correta:

Qualquer pessoa pode solicitar certidão sem precisar justificar o motivo. (Art. 40 – Código de Normas/ES)

3. Pedro compareceu a um cartório de registro civil para solicitar uma certidão de nascimento. Ao fornecer todas as informações necessárias para a exata localização do assento — como o número do livro, folha e termo —, ainda assim, lhe foi cobrada uma taxa de busca, além dos emolumentos pela emissão da certidão. O atendente também se recusou a emitir recibo separado, alegando que o valor constava no corpo da certidão. Diante da insatisfação, Pedro solicitou informações sobre como proceder com uma reclamação, e foi informado de que teria de pagar custas para isso. Inconformado, ele procura você,

como especialista na área notarial e registral, para saber qual providência é possível tomar. Com base nas normas do Código de Normas/ES, **assinale a alternativa correta:**

- A) A cobrança de busca foi correta, pois a certidão envolve movimentação interna de registros.
- B) A cobrança de busca é indevida, mas Pedro deverá pagar custas para apresentar sua reclamação.
- C) O cartório agiu corretamente ao não emitir recibo, pois a cobrança constava no corpo do documento.
- D) A exigência de pagamento antecipado como condição para reclamar é válida, desde que a tabela de emolumentos esteja visível.
- E) Pedro deve apresentar petição fundamentada ao Juiz com competência em registros públicos, sem necessidade de custas.

Gabarito: Letra E

Letra A – Incorreta:

A cobrança de emolumentos por busca só é válida se não forem fornecidas todas as informações necessárias para localização do ato. (Art. 90, § 2º – Código de Normas/ES)

Letra B – Incorreta:

As reclamações sobre cobrança indevida ou excessiva são isentas de custas. (Art. 96 – Código de Normas/ES)

Letra C – Incorreta:

Ainda que o valor conste no documento, a expedição de recibo é obrigatória. (Art. 90 – Código de Normas/ES)

Letra D – Incorreta:

Não se pode condicionar a reclamação ao pagamento, e a tabela é exigência informativa, não impeditiva de petição. (Art. 89 e Art. 96 – Código de Normas/ES)

Letra E – Correta:

A reclamação pode ser feita ao Juiz com competência em registros públicos, sem necessidade de custas ou despesas. (Art. 93 e Art. 96 – Código de Normas/ES)

4. Henrique e Leonardo, casados civilmente, recorreram a uma clínica especializada para ter um filho por técnica de reprodução

assistida heteróloga com gestação por substituição. Após o nascimento, Henrique compareceu sozinho ao cartório para solicitar o registro da criança. Apresentou a DNV, a certidão de casamento, declaração da clínica com firma reconhecida, bem como termo de compromisso assinado pela doadora temporária do útero. Em outro caso, Luciana, viúva, utilizou material genético do marido falecido, com prévia autorização firmada em instrumento público. Já Patrícia, que não possui união estável reconhecida formalmente, apresentou apenas a DNV e afirmou ter realizado reprodução assistida em clínica. Considerando o Código de Normas do Espírito Santo, **assinale a alternativa correta:**

- A) No caso de Henrique, o registrador não poderia proceder ao registro, pois é vedado o comparecimento isolado em casos de casais homoafetivos.
- B) Luciana poderá registrar a criança, desde que, além da DNV e da certidão de casamento, apresente autorização prévia do falecido com firma reconhecida.
- C) Patrícia poderá registrar a criança com base apenas na DNV e em sua declaração verbal, ainda que não apresente qualquer documento adicional da clínica.
- D) O termo de compromisso da doadora temporária do útero é dispensável se houver declaração da clínica sobre a técnica utilizada.
- E) O registrador, no caso de reprodução assistida post mortem, poderá exigir a identificação do doador como condição para o registro.

Gabarito: Letra B

Letra A – Incorreta:

No caso de casais homoafetivos casados ou em união estável, é possível o comparecimento de apenas um dos pais, desde que apresentem os documentos exigidos, inclusive a certidão de casamento. (Art. 139, §1º – Código de Normas/ES)

Letra B – Correta:

Na reprodução assistida post mortem, deve haver apresentação de termo de autorização prévia específica do falecido com firma reconhecida, além dos demais documentos

obrigatórios. (Art. 140, §2º – Código de Normas/ES)

Letra C – Incorreta:

A apresentação apenas da DNV não supre os requisitos legais. É indispensável, por exemplo, a declaração da clínica de reprodução assistida com firma reconhecida. (Art. 140, caput e incisos – Código de Normas/ES)

Letra D – Incorreta:

Em caso de gestação por substituição, o termo de compromisso da doadora temporária do útero é obrigatório e não pode ser substituído apenas pela declaração da clínica. (Art. 140, §1º – Código de Normas/ES)

Letra E – Incorreta:

É expressamente vedado ao registrador exigir a identificação do doador do material genético. (Art. 140, §4º – Código de Normas/ES)

5. Marta e Tomás, após habilitação regular perante o cartório de registro civil de sua cidade, optaram por celebrar o matrimônio na igreja evangélica em que congregam há anos. Após a celebração religiosa, esqueceram de registrar o casamento no prazo legal, vindo a fazê-lo apenas 4 meses depois. Posteriormente, ao desejarem regularizar o regime de bens, perceberam que o cartório havia exigido, para o registro, prova da designação da autoridade religiosa e do ato religioso. Marta questionou se o registro posterior poderia ainda ser feito e quais seriam as implicações dessa situação, inclusive sobre o início dos efeitos civis do casamento. Com base nas normas aplicáveis, **assinale a alternativa correta:**

A) O casamento religioso celebrado sem prévia habilitação jamais poderá ser registrado no civil, ainda que os nubentes apresentem prova do ato religioso e se habilitem posteriormente.

B) O registro do casamento religioso, realizado após o prazo de 90 dias, poderá ocorrer, desde que os nubentes se submetam a nova habilitação e apresentem prova da cerimônia religiosa.

C) O registro do casamento religioso poderá ocorrer dentro de 180 dias, desde que o oficial

tenha ciência da celebração e as testemunhas confirmem o ato religioso.

D) Mesmo sem apresentação de documentos que comprovem a designação da autoridade religiosa e existência da organização religiosa, o oficial deverá proceder ao registro se os nubentes já tiverem sido habilitados.

E) A celebração do casamento religioso sem prévia habilitação gera efeitos civis imediatos, desde que o ato seja comunicado ao cartório no prazo de 90 dias.

Gabarito: Letra B

Letra A – Incorreta:

O casamento religioso celebrado sem prévia habilitação poderá sim ser registrado, desde que os nubentes requeiram a habilitação posteriormente, apresentando prova do ato religioso e os demais documentos exigidos. (Art. 201 – Código de Normas/ES)

Letra B – Correta:

O registro realizado após o prazo de 90 dias dependerá de nova habilitação, conforme expressamente prevê o art. 200, parágrafo único. Após essa habilitação, poderá ser feito o registro do casamento religioso, desde que apresentada a prova do ato religioso. (Art. 200, parágrafo único; Art. 201 – Código de Normas/ES)

Letra C – Incorreta:

A norma não prevê prazo de 180 dias, nem admite o registro com base exclusivamente em ciência do oficial ou testemunhos. O prazo legal para registro do casamento religioso é de 90 dias a contar da celebração. (Art. 200 – Código de Normas/ES)

Letra D – Incorreta:

É obrigatória a apresentação de documento que comprove a existência legal da organização religiosa e a designação da autoridade religiosa para que o registro do casamento religioso com efeitos civis seja válido. (Art. 198, parágrafo único – Código de Normas/ES)

Letra E – Incorreta:

Se não houver habilitação prévia, o casamento não gera efeitos civis imediatos com a simples comunicação ao cartório. Será necessária a habilitação posterior e o cumprimento de todos os requisitos legais

para que o registro se efetive. (Art. 201 – Código de Normas/ES)

Direito Civil

6. Ao tomar conhecimento da existência de um filho de seis anos que havia sido registrado apenas com maternidade estabelecida, Carlos, de 32 anos, procurou um escritório de registro de pessoas naturais diverso daquele onde fora lavrado o assento de nascimento de Pedro, com a intenção de reconhecê-lo formalmente. Carlos apresentou a certidão de nascimento da criança, firmou termo específico perante o oficial, fornecendo todos os dados exigidos, inclusive cópia de seus documentos de identificação. A mãe, Maria, foi ouvida e anuiu expressamente ao reconhecimento. Considerando o procedimento previsto no Código Nacional de Normas – Foro Extrajudicial (Provimento nº 149/2023), **assinale a alternativa correta:**

- A) O oficial deverá submeter o caso ao juiz competente, mesmo diante da anuência expressa da mãe, para que a averbação do reconhecimento seja autorizada judicialmente.
- B) O reconhecimento deverá ser formalizado em sede judicial, sendo vedado ao registrador atuar fora da serventia do assento de nascimento do filho.
- C) O reconhecimento poderá ser realizado diretamente, e a averbação será feita pelo oficial da serventia do nascimento, desde que haja anuência escrita da mãe.
- D) A averbação dependerá da homologação do Ministério Público, mesmo que o reconhecimento tenha sido voluntário e com a anuência da genitora.
- E) Estando o registro em outra serventia, o reconhecimento será inválido se não for feito diretamente no local do assento de nascimento do filho.

Gabarito: Letra C

Letra A – Incorreta.

O encaminhamento ao juiz competente apenas se dá em casos de suspeita de fraude, negativa de anuência, ou ausência da mãe.

Não é necessário se houver anuência expressa da mãe (Art. 502, caput – Provimento 149/2023).

Letra B – Incorreta.

O reconhecimento pode ocorrer em qualquer serventia, com posterior envio ao cartório onde está lavrado o assento natalício. A presença física na serventia do nascimento não é obrigatória (Art. 501, §2º – Provimento 149/2023).

Letra C – Correta.

A averbação do reconhecimento voluntário pode ser feita diretamente pelo oficial do cartório onde está lavrado o assento, desde que haja anuência escrita da mãe no caso de filho menor (Art. 502, caput – Provimento 149/2023).

Letra D – Incorreta.

Não há exigência de homologação ministerial no caso de reconhecimento voluntário, havendo anuência da mãe (Art. 502, caput – Provimento 149/2023).

Letra E – Incorreta.

O reconhecimento pode ser feito perante serventia diversa, com posterior envio da documentação à serventia competente para averbação (Art. 501, §2º e §3º – Provimento 149/2023).

7. Jorge, tabelião de notas, foi procurado por Carla, que desejava lavrar escritura pública de doação do próprio corpo, após a morte, para uma instituição científica. Além disso, mencionou seu desejo de não ser submetida a tratamento médico invasivo caso estivesse em risco de vida, sem plena consciência para consentir. Dias depois, Jorge foi procurado por Eduardo, irmão de João, recentemente falecido, que buscava impedir a publicação, em um site jornalístico, de fotos íntimas de João obtidas sem consentimento, mas alegadamente vinculadas à cobertura de um crime em investigação. Ainda na mesma semana, Jorge recebeu uma intimação judicial para apresentar dados relacionados a um testamento público lavrado por Rodrigo, declaradamente com transtornos mentais, mas que conseguia expressar vontades de forma intermitente. Com base nos dispositivos do Código Civil sobre a personalidade civil, capacidade, domicílio e direitos da

personalidade, **assinale a alternativa correta:**

A) A escritura de doação do próprio corpo é inválida, ainda que tenha fins científicos, se não houver homologação judicial prévia.

B) Ninguém pode ser constrangido a tratamento médico com risco de vida, mas essa regra admite exceção quando se trata de proteção de terceiro dependente.

C) O irmão do falecido pode legitimamente pleitear a proteção à imagem, desde que demonstre prejuízo pessoal à sua própria honra.

D) A disposição do próprio corpo, com fins científicos ou altruísticos, é válida e pode ser revogada a qualquer tempo.

E) João, por ser pessoa falecida, não possui mais personalidade jurídica, logo sua imagem pode ser utilizada livremente, desde que para fins jornalísticos.

Gabarito: Letra D

Letra A – Incorreta:

A doação do próprio corpo, com fins científicos ou altruísticos, após a morte, dispensa homologação judicial e é válida desde que feita gratuitamente (Art. 14 – Código Civil).

Letra B – Incorreta:

Ninguém pode ser constrangido a tratamento médico ou cirúrgico com risco de vida, sem exceções legais baseadas em proteção a terceiros (Art. 15 – Código Civil).

Letra C – Incorreta:

A proteção post mortem à imagem pode ser pleiteada pelo cônjuge, ascendentes ou descendentes, independentemente de prejuízo pessoal (Art. 20, parágrafo único – Código Civil).

Letra D – Correta:

A disposição do corpo, no todo ou em parte, após a morte, para fins científicos ou altruísticos, é válida e pode ser livremente revogada a qualquer tempo (Art. 14 e parágrafo único – Código Civil).

Letra E – Incorreta:

Mesmo após a morte, a imagem da pessoa não pode ser utilizada livremente se atingir sua honra, boa fama ou respeitabilidade, ainda que com fins jornalísticos, salvo se for

necessária à administração da justiça ou à ordem pública (Art. 20, caput e parágrafo único – Código Civil).

Direito Processual Civil

8. Durante o trâmite de uma ação declaratória envolvendo contrato de prestação de serviços de consultoria empresarial, o juiz da causa, em sentença, acolheu fundamento jurídico que não havia sido suscitado por nenhuma das partes, tampouco havia sido objeto de qualquer manifestação anterior ao julgamento. O advogado da parte autora alegou violação ao contraditório e à confiança legítima no processo. Em resposta, o magistrado afirmou que a solução jurídica adotada é decorrência lógica do ordenamento e que o juiz não está vinculado aos fundamentos apresentados pelas partes. Considerando os princípios fundamentais previstos nos artigos iniciais do Código de Processo Civil, **assinale a alternativa correta:**

- A) O juiz pode decidir com base em fundamentos jurídicos não suscitados pelas partes, desde que fundamente adequadamente e indique expressamente que não se aplica o contraditório.
- B) O princípio da cooperação entre juiz e partes admite que o magistrado inove juridicamente, mesmo de ofício, sempre que necessário para a justiça da decisão.
- C) O princípio do contraditório, segundo o CPC, exige não apenas ciência, mas a efetiva possibilidade de influenciar a formação da decisão judicial.
- D) A legalidade estrita no processo impede que o juiz conheça matérias de ofício, mesmo que de ordem pública, salvo provocação expressa da parte interessada.
- E) O princípio da boa-fé objetiva vincula apenas as partes e seus procuradores, não se aplicando ao juiz no desempenho de sua função jurisdicional.

GABARITO: Letra C

Letra A – Incorreta

O contraditório é obrigatório mesmo para fundamentos que o juiz conheça de ofício. Não pode ser afastado por decisão unilateral (art. 10 CPC).

Letra B – Incorreta

O princípio da cooperação não elimina a exigência do contraditório. O juiz não pode inovar sem oportunizar manifestação prévia. (art. 10 CPC)

Letra C – Correta

Reflete corretamente o conteúdo do art. 9º e 10 do CPC, que tratam do contraditório substancial, ou seja, com possibilidade real de influência na decisão.

Letra D – Incorreta

Matérias de ordem pública podem ser conhecidas de ofício (ex: competência absoluta, nulidades), desde que respeitado o contraditório (art. 10 CPC).

Letra E – Incorreta

A boa-fé objetiva vincula todos os sujeitos do processo, inclusive o magistrado (art. 5º CPC).

Direito Empresarial

9. Henrique, recém-nomeado delegatário de um cartório de registro de pessoas jurídicas, buscava compreender a razão de o Código Civil ter incorporado dispositivos tradicionalmente vinculados ao Direito Comercial. Em conversa com um colega de serventia, que atuava como oficial substituto em cartório de registro de títulos e documentos, Henrique ouviu que o atual sistema brasileiro de Direito Empresarial teria substituído a antiga teoria dos atos de comércio por outra teoria mais ampla, que redefiniu os critérios de aplicação das normas comerciais. Com base na evolução legislativa brasileira e nas características do atual sistema jurídico-empresarial, **assinale a alternativa correta:**

- A) O Código Civil de 2002 incorporou os dispositivos da antiga Lei das Sociedades por Ações, mantendo a teoria dos atos de comércio como critério de identificação da atividade comercial.
- B) O Direito Empresarial brasileiro abandonou a teoria da empresa, adotando uma

abordagem funcional centrada exclusivamente na noção de lucro.

C) A teoria dos atos de comércio foi superada pela teoria da empresa, que se baseia em um conceito mais abrangente e estrutural da atividade econômica organizada.

D) O Código Comercial de 1850 ainda vigora integralmente quanto às normas sobre empresários individuais e sociedades simples.

E) A definição jurídica de empresário permanece vinculada ao exercício de atos tipicamente mercantis, conforme lista taxativa constante do Código Comercial.

GABARITO: Letra C

Letra A – Incorreta

O Código Civil de 2002 não apenas incorporou dispositivos de Direito Empresarial, como revogou o critério da teoria dos atos de comércio, substituindo-o pela teoria da empresa. A Lei das S.A. (Lei nº 6.404/76) permaneceu em vigor como legislação especial, e não foi absorvida integralmente.

Letra B – Incorreta

A teoria da empresa não foi abandonada. Ao contrário, ela substituiu a teoria dos atos de comércio no ordenamento brasileiro com a entrada em vigor do Código Civil/2002 (arts. 966 e seguintes), e não se baseia exclusivamente na obtenção de lucro, mas sim na atividade econômica organizada para a produção ou circulação de bens ou serviços.

Letra C – Correta

O Código Civil adotou a teoria da empresa, que considera empresário aquele que exerce profissionalmente atividade econômica organizada, nos termos do art. 966 do CC/2002, superando a visão restritiva da teoria dos atos de comércio.

Letra D – Incorreta

O Código Comercial de 1850 foi amplamente revogado. Apenas a parte relativa à navegação marítima continua em vigor. Todas as disposições sobre empresário individual, sociedades simples, e teoria contratual foram absorvidas ou reformuladas pelo Código Civil.

Letra E – Incorreta

Não há lista taxativa de atos mercantis. O conceito de empresário e empresa passou a ser estrutural e funcional, conforme o modelo italiano de teoria da empresa, que se distancia

do modelo francês centrado em atos de comércio.

Direito Constitucional

10. A República Federativa do Brasil, ao promulgar a Constituição de 1988, consolidou um novo marco jurídico-político após décadas de instabilidade institucional. No contexto da Teoria da Constituição, analise a seguinte situação: Durante uma sabatina para provimento de vaga em serventia extrajudicial, o candidato Hugo é questionado sobre a classificação dogmática e histórica da Constituição Federal de 1988, bem como sobre as características estruturais do seu texto. Ele afirma que se trata de uma constituição escrita, promulgada, dogmática, rígida e analítica, acrescentando ainda que ela possui um núcleo intangível protegido contra reformas e que consagra direitos fundamentais com aplicabilidade imediata. Considerando os conceitos clássicos da Teoria da Constituição e os elementos estruturais da Constituição de 1988, **assinale a alternativa correta:**

A) A Constituição de 1988 é considerada outorgada, pois foi imposta por uma Assembleia Constituinte formada sob regime autoritário.

B) A classificação como Constituição rígida indica que qualquer alteração depende apenas de lei ordinária aprovada pelo Congresso Nacional.

C) Constituições analíticas são aquelas que contêm exclusivamente normas de organização do Estado e dos poderes constituídos.

D) A Constituição de 1988 pode ser classificada como dogmática por se fundar em teorias sistematizadas e elaboradas por um poder constituinte originário.

E) A Constituição de 1988, por não ter cláusulas pétreas, admite a abolição de qualquer direito, desde que por meio de emenda constitucional.

Gabarito: Letra D

Letra A – Incorreta

A CF/88 é promulgada, não outorgada. Foi elaborada por uma Assembleia Nacional Constituinte democrática, eleita após o regime militar.

Letra B – Incorreta

A rigidez da Constituição implica que só pode ser modificada por emenda constitucional, e não por lei ordinária. (art. 60, CF/88)

Letra C – Incorreta

Constituições que tratam somente de normas estruturais do Estado são chamadas de sintéticas ou concisas, e não analíticas.

Letra D – Correta

De fato, a CF/88 é classificada como dogmática, pois foi elaborada de forma sistemática, com base em valores e princípios do constitucionalismo contemporâneo, por um poder constituinte originário.

Letra E – Incorreta

A CF/88 possui cláusulas pétreas que vedam a abolição de direitos e garantias fundamentais, a separação dos Poderes, o voto direto, secreto, universal e periódico, entre outros (art. 60, §4º).

11. Durante curso de formação inicial para aprovados em concurso de serventias extrajudiciais, a Escola da Magistratura propôs aos novos delegatários um estudo de caso sobre o papel dos princípios fundamentais na atividade notarial e registral. Dentre os temas debatidos, destacou-se a necessidade de compatibilizar a autonomia das serventias extrajudiciais com os valores constitucionais da cidadania, dignidade da pessoa humana e soberania do Estado brasileiro. Em um exercício prático, os participantes deveriam identificar qual dos princípios constitucionais abaixo é exclusivamente relacionado à autodeterminação do Estado no plano internacional, e não se refere diretamente à condição individual do ser humano ou à sua atuação na sociedade civil. Com base na Constituição Federal de 1988, **assinale a alternativa correta:**

A) A cidadania é o fundamento da ordem econômica e da livre iniciativa, assegurando ao cidadão o exercício da propriedade.

B) A soberania representa a capacidade do Estado de organizar internamente sua ordem jurídica, mas não possui projeção internacional.

C) A dignidade da pessoa humana expressa o valor intrínseco de todo ser humano, servindo de base para os direitos fundamentais.

D) A soberania é o fundamento que traduz a independência do Estado brasileiro em face de outros entes internacionais.

E) A cidadania representa exclusivamente o direito de votar e ser votado nas eleições diretas e periódicas.

Gabarito: Letra D

Letra A – Incorreta

A cidadania não se restringe ao exercício da propriedade nem é fundamento exclusivo da ordem econômica. Ela se relaciona à participação política, social e civil do cidadão.

Letra B – Incorreta

A soberania tem, sim, projeção internacional, justamente como instrumento de autodeterminação do Estado brasileiro nas relações exteriores.

Letra C – Incorreta

Embora a afirmativa esteja correta em conteúdo, ela não responde ao enunciado, que pede o princípio exclusivamente ligado à autodeterminação do Estado no plano internacional.

Letra D – Correta

A soberania é, de fato, o fundamento que expressa a independência política, jurídica e econômica do Estado brasileiro frente a outros Estados e organismos internacionais.

Letra E – Incorreta

A cidadania vai além do direito ao voto, abrangendo ampla gama de direitos políticos, civis e sociais, inclusive o direito à ação popular, à participação em conselhos públicos, etc.

Direito Administrativo

12. O Direito Administrativo, como ramo autônomo do Direito Público, estrutura o regime jurídico da Administração Pública e define os limites e possibilidades da atuação

estatal na função administrativa. Em seu desenvolvimento histórico e sistemático, consolidou-se como um corpo normativo caracterizado por fontes múltiplas e heterogêneas, incluindo normas constitucionais, infraconstitucionais e princípios que orientam a conduta da Administração. Considerando os fundamentos teóricos e normativos do Direito Administrativo, **assinale a alternativa correta:**

- A) A única fonte formal do Direito Administrativo é a lei em sentido estrito, sendo vedado ao administrador público atuar com base em regulamentos ou princípios não expressamente previstos em norma legal.
- B) O costume administrativo é fonte principal e autônoma do Direito Administrativo, podendo derrogar norma legal quando fundado em prática reiterada da Administração.
- C) As decisões do Poder Judiciário, embora não integrem formalmente o elenco das fontes do Direito Administrativo, exercem papel vinculante sobre a Administração em qualquer matéria, salvo nos atos discricionários.
- D) O Direito Administrativo possui como fontes imediatas a Constituição Federal, a legislação infraconstitucional, os regulamentos e os princípios gerais do Direito Público, ainda que não codificados formalmente.
- E) As doutrinas administrativas, quando adotadas por órgão de controle externo como o TCU, passam a integrar automaticamente o ordenamento jurídico como fonte vinculante para toda a Administração Pública.

GABARITO: Letra D

Letra A – Incorreta

O Direito Administrativo não se restringe à lei em sentido estrito. O administrador atua com base também em princípios, regulamentos, jurisprudência e costumes, desde que compatíveis com o interesse público.

Letra B – Incorreta

O costume pode complementar a lei, mas jamais a derroga. A legalidade estrita impede que práticas reiteradas contrariem normas expressas.

Letra C – Incorreta

As decisões judiciais vinculam a Administração apenas nos casos concretos ou por força de súmulas vinculantes e precedentes obrigatórios, não em qualquer matéria de forma automática.

Letra D – Correta

Resume adequadamente a teoria das fontes: Constituição, leis, regulamentos e princípios gerais do Direito Público são fontes imediatas e formais do Direito Administrativo, mesmo quando não codificados.

Letra E – Incorreta

Doutrinas, mesmo adotadas por órgãos como o TCU, não são fontes formais do Direito. Elas podem influenciar interpretações, mas não vinculam automaticamente a Administração Pública.

Direito Tributário

13. A empresa Alfa Ltda., recém-constituída, buscou orientação de seu departamento jurídico sobre as obrigações fiscais decorrentes de sua atividade comercial. Durante a consulta, o diretor financeiro apresentou dúvidas acerca da natureza das obrigações tributárias exigidas pelo Município onde se estabeleceu, especialmente em relação ao pagamento de determinada quantia que, embora cobrada pela administração tributária local, não correspondia a nenhuma contraprestação direta nem estava associada ao exercício efetivo de poder de polícia. Além disso, indagou se eventual contribuição destinada a custear serviço de pavimentação da rua em que se localiza a empresa poderia ser considerada tributo. O advogado responsável explicou que, segundo a legislação vigente, o conceito de tributo compreende todas as exigências compulsórias instituídas em lei, desde que não configurem sanção de ato ilícito, e classificou os pagamentos devidos em cinco categorias possíveis, com base nas espécies previstas em lei. Diante da situação hipotética e com base no Código Tributário Nacional, **assinale a afirmativa correta:**

- A) As quantias exigidas pelo Município, mesmo sem vínculo com serviço público ou

poder de polícia, são válidas desde que fixadas por decreto municipal que as classifique como contribuição.

B) Tributo é toda prestação pecuniária compulsória instituída por autoridade competente, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, vinculada a uma contraprestação estatal.

C) A contribuição para a pavimentação de rua poderá ser considerada taxa de serviço, ainda que o serviço beneficie de forma geral toda a comunidade, e não apenas os contribuintes diretamente afetados.

D) Tributos não compreendem penalidades, ainda que pecuniárias, razão pela qual multas aplicadas por descumprimento de obrigações acessórias não se enquadram no conceito tributário.

E) As espécies tributárias legalmente previstas compreendem impostos, taxas e contribuições de melhoria, não havendo previsão legal para empréstimos compulsórios ou contribuições especiais como tributos.

Gabarito: Letra D

Letra A – Incorreta

O tributo só pode ser instituído por lei (art. 97, inciso I do CTN). Não pode haver exigência válida por decreto, nem a simples rotulagem de “contribuição” torna legítima uma cobrança desvinculada de base legal.

Letra B – Incorreta

O tributo não está vinculado necessariamente à contraprestação estatal. Apenas taxas e contribuições de melhoria pressupõem alguma forma de vinculação. Impostos, por exemplo, são não vinculados.

Letra C – Incorreta

Taxas exigem serviço público específico e divisível, prestado ou posto à disposição do contribuinte. Pavimentação de rua, como obra pública com valorização imobiliária, gera contribuição de melhoria, não taxa (arts. 77 e 81 do CTN).

Letra D – Correta

Multas por infração não são tributos, pois decorrem de sanção a ato ilícito (art. 3º do CTN). A alternativa está em perfeita consonância com o conceito legal.

Letra E – Incorreta

O CTN (art. 5º) e a CF/88 reconhecem, além de impostos, taxas e contribuições de melhoria, também os empréstimos compulsórios (art. 148 da CF/88) e as contribuições especiais (art. 149 da CF/88) como espécies tributárias.

Direito Penal

14. Durante um seminário de capacitação funcional, servidores do Ministério Público e magistrados debatiam sobre a aplicabilidade da nova legislação processual penal e os efeitos de sua entrada em vigor, especialmente diante de atos processuais praticados sob a égide da norma anterior. Um dos promotores sustentou que a lei processual, por regular procedimento, deveria alcançar inclusive atos anteriores. Já outro, defensor público, insistia que os atos válidos sob a lei antiga não poderiam ser revistos com base em nova norma. O juiz, por sua vez, mencionou que a lei penal admite analogia e princípios gerais do direito para sua complementação. À luz do Código de Processo Penal, **assinale a alternativa correta:**

A) A lei processual penal retroage quando for mais benéfica ao réu, salvo se já houver sentença condenatória transitada em julgado.

B) O juiz pode deixar de aplicar norma processual vigente por analogia com outra que considere mais eficaz.

C) A lei processual penal admite interpretação extensiva e aplicação analógica, bem como o suplemento dos princípios gerais de direito.

D) A nova lei processual aplica-se apenas aos atos praticados após sua entrada em vigor, sem exceção.

E) A norma processual penal somente se aplica após regulamentação específica, exceto se houver disposição expressa em sentido contrário.

Gabarito: Letra C

Letra A – Incorreta

A retroatividade da lei penal mais benéfica é regra do direito material penal, não do

processual. O CPP determina que a lei processual aplica-se desde logo, sem prejuízo da validade dos atos realizados sob a vigência anterior. (Art. 2º – CPP)

Letra B – Incorreta

O juiz deve aplicar a norma vigente e pode utilizar analogia e princípios apenas para integração, não para ignorar norma existente. (Art. 3º – CPP)

Letra C – Correta

A lei processual penal admite interpretação extensiva, aplicação analógica e o suplemento dos princípios gerais do direito. (Art. 3º – CPP)

Letra D – Incorreta

A aplicação é imediata, mas respeita a validade dos atos anteriores. (Art. 2º – CPP)

Letra E – Incorreta

Não há necessidade de regulamentação para vigência da norma processual penal, salvo disposição expressa. (Art. 2º – CPP)

Direito Processual Penal

15. A Receita Federal notificou uma empresa pela não realização do pagamento da contribuição de melhoria instituída em razão da valorização imobiliária decorrente da construção de um viaduto na região. A empresa alegou que jamais solicitou a obra e que os valores cobrados ultrapassavam o limite de valorização do imóvel. Requereu, por isso, a declaração de nulidade da cobrança. Com base nas disposições do CTN e da CF/88, assinale a alternativa **correta**:

- A) A cobrança é válida, pois a contribuição de melhoria incide sobre toda a coletividade beneficiada por obra pública.
- B) A contribuição de melhoria somente pode ser exigida de quem solicitou a obra pública.
- C) A contribuição de melhoria deve observar o limite da efetiva valorização do imóvel do contribuinte.
- D) A contribuição de melhoria pode ter valor superior à valorização do imóvel, desde que aprovada em audiência pública.
- E) A cobrança é inválida, pois a Constituição veda a instituição de tributo com base em valorização patrimonial.

Gabarito: C

Letra A – Incorreta.

A contribuição de melhoria não incide sobre toda a coletividade, mas somente sobre os imóveis valorizados pela obra pública. (art. 81 do CTN)

Letra B – Incorreta.

A solicitação da obra não é requisito para cobrança; o que importa é a valorização imobiliária. (art. 81 do CTN)

Letra C – Correta.

A contribuição de melhoria tem como limite individual o valor da valorização do imóvel. (art. 81 do CTN)

Letra D – Incorreta.

Não há exceção que permita cobrança acima da valorização. (art. 81 do CTN)

Letra E – Incorreta.

A Constituição autoriza expressamente a contribuição de melhoria, vinculada à obra pública. (CF, art. 145, III)

Conhecimentos Gerais

16. Durante o século XX, a Igreja Católica passou por mudanças relevantes no perfil de seus líderes máximos. Após a sequência de papas italianos, o Conclave de 1978 elegeu Karol Wojtyła, o primeiro pontífice não italiano em mais de quatro séculos, polonês e profundamente envolvido na resistência ao regime comunista em seu país. Depois dele, em 2005, assumiu o cardeal Joseph Ratzinger, alemão, que viria a renunciar em 2013, fato inédito nos tempos modernos, abrindo espaço para a escolha do argentino Jorge Mario Bergoglio, o Papa Francisco. Em 2025, com a saúde fragilizada de Francisco, especula-se a renúncia e o novo Conclave reacende discussões sobre a diversidade geográfica e ideológica no comando da Igreja. Considerando a evolução histórica e social do papado, **assinale a alternativa correta**:

- A) A sucessão papal é prerrogativa exclusiva dos cardeais italianos, o que justifica a prevalência histórica de papas oriundos da Península Itálica até o século XXI.
- B) A eleição de João Paulo II representou uma

ruptura com a tradição eurocêntrica da Igreja, sendo o primeiro papa oriundo da América Latina.

C) A renúncia de Bento XVI, em 2013, foi o primeiro caso de abdicação papal desde o período da Reforma Protestante, no século XVI.

D) A escolha do Papa Francisco, argentino, refletiu uma abertura da Igreja ao hemisfério sul e consolidou o Vaticano como ator social atento às desigualdades globais.

E) O Conclave que sucede à morte de um papa é dirigido pelo decano dos cardeais, cuja escolha ocorre por voto popular entre os cardeais com mais de 80 anos.

Gabarito: Letra D

Letra A – Incorreta:

A eleição papal não é prerrogativa exclusiva de cardeais italianos. Qualquer cardeal com direito a voto pode participar do Conclave, e os eleitos podem ser de qualquer nacionalidade. A prevalência histórica de papas italianos se deve a fatores políticos e institucionais, mas não a uma regra formal.

Letra B – Incorreta:

João Paulo II (Karol Wojtyła) foi o primeiro papa polonês, mas não foi latino-americano. O primeiro papa da América Latina foi o argentino Jorge Mario Bergoglio, eleito em 2013.

Letra C – Incorreta:

Embora a renúncia de Bento XVI tenha sido histórica, o último papa a abdicar antes dele foi Gregório XII, em 1415, durante o Cisma do Ocidente, e não no contexto da Reforma Protestante (século XVI).

Letra D – Correta:

A eleição de um papa sul-americano marcou uma mudança significativa na geopolítica eclesiástica, representando maior atenção da Igreja às regiões mais pobres e aos desafios sociais do hemisfério sul.

Letra E – Incorreta:

O Conclave é dirigido pelo decano do Colégio Cardinalício, mas não há voto popular, tampouco participam cardeais com mais de 80 anos, que são impedidos de votar segundo a norma estabelecida por Paulo VI e confirmada por João Paulo II.